

Gênero como objeto de pesquisa em Representações Sociais
Gender as an object of research in Social Representations
Género como objeto de investigación en Representaciones Sociales

Recebido: 13/04/2019 | Revisado: 23/04/2019 | Aceito: 12/05/2019 | Publicado: 16/05/2019

Anaquel Gonçalves Albuquerque

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6811-5291>

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ, Brasil

E-mail: anaquelalbuquerque@gmail.com

Alcina Maria Testa Braz da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5424-9993>

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ, Brasil

E-mail: alcina.silva@cefet-rj.br

Resumo

O presente artigo se propõe a apresentar por meio de pesquisa bibliográfica uma breve discussão sobre a importância do estudo de gênero como objeto de pesquisa em representações sociais, enquanto construção social geralmente utilizada para reforçar as relações de poder existentes em nosso meio. A abordagem teórica baseia-se nos estudos desenvolvidos na área de Gênero e traz como fio condutor a teoria desenvolvida por Moscovici (1978), que nos permite analisar o modo como os grupos sociais compreendem fenômenos da realidade.

Palavras-chave: Objeto de Pesquisa; Representações Sociais; Gênero

Abstract

The present article proposes to present through a bibliographical research a brief discussion about the importance of the study of gender as an object of research in social representations, as a social construction generally used to reinforce the power relations existing in our environment. The theoretical approach is based on the studies developed in the area of Gender and brings as a thread the theory developed by Moscovici (1978), which allows us to analyze how social groups understand phenomena of reality.

Keywords: Research Object; Social Representations; Gender

Resumen

El presente artículo se propone presentar por medio de una investigación bibliográfica una breve discusión sobre la importancia del estudio de género como objeto de investigación en representaciones sociales, como construcción social generalmente utilizada para reforzar las relaciones de poder existentes en nuestro medio. El enfoque teórico se basa en los estudios desarrollados en el área de Género y trae como hilo conductor la teoría desarrollada por Moscovici (1978), que nos permite analizar el modo como los grupos sociales comprenden fenómenos de la realidad.

Palabras clave: Objeto de Investigación; Representaciones Sociales; Género

1. Introdução

Segundo PÁDUA (1996), a pesquisa se relaciona à solução de problemas, nos permitindo elaborar conhecimentos voltados para a compreensão da realidade e orientação de nossas ações. As palavras do autor nos remetem às características que norteiam esta atividade, que também é concebida como um “processo formal e sistêmico de desenvolvimento do método científico, que tem como objetivo descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.” (Gil, 1999, p.42) DEMO (1978) enfatiza esta percepção, ao associar a pesquisa a uma atividade científica que nos possibilita descobrir a realidade.

No que tange às representações sociais, a construção do objeto expressa uma etapa de fundamental importância para que os estudos nesta área possam de fato ocorrer, constituindo uma estratégia que possibilita relevância e viabilidade para a pesquisa. (Sá, 1998) Corroborando para a compreensão quanto à importância da construção do objeto, esta configura uma etapa decisiva no processo de pesquisa, a qual só se torna possível se o pesquisador possuir o domínio do quadro teórico que se oferece para escolha. (Jodelet, 1998)

Assim sendo, a escolha por gênero enquanto objeto de pesquisa abordado no presente trabalho se justifica em decorrência de sua relevância social, estando relacionado às várias manifestações de violência que se fazem presentes na sociedade, pautadas em um mecanismo de poder que tem vitimizado inúmeras pessoas ao longo do tempo.

Neste intuito, torna-se de grande relevância que o pesquisador se aproprie de bibliografia específica sobre o tema, reconhecendo as bases teóricas nas quais estão alicerçadas as ideias de cada autor, até mesmo para que possa direcionar a pesquisa, porque

nem todo e qualquer objeto da vida social cotidiana pode ser reconhecido em termos de representação social. Ou seja, “a construção do objeto de pesquisa é um processo pelo qual o fenômeno da representação social é simplificado e tornado compreensível pela teoria, para a finalidade da pesquisa.” (Sá, 1998, p.23)

Entrelaçando os conceitos de representação social e objeto de pesquisa, abordaremos a seguir a teoria das representações sociais e sua respectiva importância na realização de pesquisas acadêmicas.

A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici, surgiu a partir da obra “La Psycanalise: son image et son public”, que apresenta tese de sua própria autoria. Sendo publicada pela primeira vez na França, em 1961, o autor apresenta o conceito de Representações Sociais como “uma das vias de apreensão do mundo concreto, em seus alicerces e em suas consequências,” (Moscovici, 1978, p.44) considerando-o aplicável à Psicanálise e demais áreas do conhecimento. Por meio de sua obra, Moscovici se utiliza das representações sociais para redefinir os conceitos e problemas da psicologia social.

As Representações Sociais expressam os conjuntos de explicações que se originam por meio das comunicações interindividuais da vida cotidiana. Elas se constituem num trabalho mental do sujeito que tem como resultado a formação de uma imagem do objeto. Os trabalhos baseados na teoria das representações sociais buscam compreender os fenômenos sociais e a maneira como estes são captados, interpretados, visualizados e expressos no cotidiano pelos indivíduos ou grupos sociais. Nessa perspectiva, a teoria das representações sociais possibilita ao sujeito tomar consciência de seus pensamentos, de suas ideias, a visão de suas atitudes, levando-o a acumular conflitos e a encontrar uma maneira de tornar familiar aquilo que lhe é desconhecido. (Silva; Sales, 2000)

Para ABRIC (2000), as representações são definidas como uma visão funcional do mundo, que possibilita a indivíduos e grupos “dar sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências.” (p. 28) JOVCHELOVITCH (2005) acrescenta, ainda, que a teoria das representações sociais constitui um referencial teórico voltado para a abordagem das produções simbólicas do cotidiano. Assim, se torna possível entender o comportamento de indivíduos e grupos por meio das representações sociais que estes fazem sobre os mais variados contextos.

A representação social diz respeito a “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (Jodelet, 2001, p.22) A autora ressalta, ainda, que esta forma de conhecimento designado de senso comum se difere do conhecimento científico.

MOSCOVICI (2003) destaca no âmbito das representações sociais a existência de dois universos: o consensual e reificado. No universo consensual a sociedade é uma criação aparente, contínua, penetrada de sentido e finalidade, contendo uma voz humana de acordo com a existência humana agindo e reagindo, como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano é, aqui, a medida de todas as coisas. No universo reificado a sociedade é transformada em um sistema de entidades estáveis e invariáveis, que são indiferentes à individualidade. Essa sociedade passa a ignorar a si mesma e suas criações, que ela considera somente como objetos isolados, tais como pessoas, idéias e atividades. Nessa perspectiva, a sociedade também é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais e somente a competência adquirida estabelece seu grau de participação de acordo com o mérito.

Se faz necessário também ancorar ideias estranhas, fazendo com que estas estejam inseridas em um contexto familiar (Jodelet, 2001). Para MOSCOVICI (2003) este processo no qual o desconhecido passa a se tornar familiar se desenvolve através de mecanismos de ordem psicológica e social: a objetivação e a ancoragem. Através da ancoragem damos nomes e classificamos as coisas, pois coisas que não são classificadas e não possuem nomes são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. O segundo mecanismo, objetivação, busca transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico.

Consideramos, então, que a análise das representações sociais que as pessoas constroem sobre gênero expressa sua importância por caracterizar uma importante ferramenta para avaliar as possíveis ancoragens e objetivações feitas pelos indivíduos, através de suas representações sociais, tornando possível obter dados a respeito das ideias circulantes relacionadas a gênero, reconhecendo aquelas que apresentam maior aceitação de plausibilidade e aquelas que parecem ser mais rejeitadas.

Gênero como objeto de pesquisa

Estudos realizados por MOSCOVICI (2003) indicam que ao acessar a representação social de um grupo é possível conhecer a cultura de uma determinada sociedade. Sendo assim,

gênero pode ser compreendido como um objeto de pesquisa por retratar um conceito marcado pela naturalização da violência e invisibilidade de sujeitos, pois vivemos em uma sociedade onde predominam normas modeladoras, definindo categorias sociais em homem ou mulher, dependendo tão somente de suas condições ao nascer e reafirmando uma natureza binária que especifica também o sexo em masculino ou feminino (Butler, 2015).

BEAUVOIR (1980) ratifica que o conceito de gênero é construído, ao afirmar que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (p. 9) Desta forma, nos deparamos com uma construção histórica de gênero que se faz presente por um permanente processo em construção, bem como configurando uma categoria de análise cujos estudos precisam ser aprofundados.(Louro, 1997)

O objeto de pesquisa gênero ganha relevância por meio de suporte encontrado nas concepções teóricas de Beauvoir (1980), Butler (2015), Louro (1997), Scott (1995;1999), dentre outros estudiosos do assunto, por suas relevantes contribuições no campo de pesquisa.

Os estudos de gênero surgiram no campo das ciências sociais a partir da década de 1970, constituindo um campo de pesquisa interdisciplinar cujo objetivo se volta para a compreensão das relações de gênero na sociedade. A partir de então se apresenta a ruptura com a tendência de se buscar no determinismo biológico a explicação para as desigualdades entre homens e mulheres e há a busca pela superação das teorias dos papéis sexuais e da complementaridade dos sexos. Assim, a análise das desigualdades de gênero possibilita verificar como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder.

Neste contexto, LOURO (1997) nos traz a reflexão de que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder.” (p. 41), nos remetendo a um cenário de submissão e subordinação vivenciado por inúmeros indivíduos. No que se refere à escolha de gênero enquanto objeto de pesquisa, esta se dá ao constatarmos que do ponto de vista cultural, há um processo lento e gradativo (desde o período colonial brasileiro, entre o século XVI até início do século XIX) de manutenção de práticas violentas, tanto em relação às mulheres, como outras categorias, uma vez que violência de gênero não está restrita aos atos cometidos contra mulheres, mas também, homens, crianças, adolescentes, idosos, homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis etc.

Dentro deste processo de sujeição à violência, BUTLER (2015, p.31) aborda a dependência existente entre os indivíduos para que estes possam viver, expressando um processo contínuo no qual a vulnerabilidade representa condição básica e comum a toda vida humana. Segundo a autora, a precariedade se revela por meio da nossa vulnerabilidade em

relação às ações dos outros, gerando obrigações éticas nas relações interpessoais, uma vez que dependemos uns dos outros para sermos reconhecidos. Sendo assim, determinados indivíduos e grupos estão mais sujeitos à violência que outros.

A própria definição de papéis e funções diferenciadas aos sujeitos em conformidade com a identidade de gênero surge como um exemplo de determinação social.¹ Como exemplo podemos citar a situação da mulher que, no passado, já foi identificada como propriedade do pai (no período colonial, bem como imperial brasileiro), ou até mesmo do marido, sem qualquer tipo de direitos, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Tal desigualdade deu origem a uma intensa luta do movimento feminista como forma de não aceitação das normas desiguais que eram impostas a homens e mulheres, refletindo em um cenário onde os indivíduos configuram como dominadores ou dominados.

Em virtude dos vários problemas existentes em sociedade, as representações sociais são construídas (Jodelet, 2001), reforçando sua importância no cotidiano. Gênero, portanto, se apresenta relacionado a uma estrutura de dominação simbólica na qual “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas (...) Sabendo assim, que o homem e a mulher são vistos como duas variantes, superior e inferior (...)” (Bourdieu, 1999, p. 23-24)

Sendo assim, a diferença biológica existente entre os sexos seria utilizada como justificativa para a diferença construída socialmente entre os gêneros. Nesta perspectiva, somente no final do século XX a categoria gênero aparece como uma preocupação teórica, visto sua ausência em grande parte das teorias sociais, desde o século XVII até o início do século XX (Scott, 1995). Durante este período se discutiam questões desde a oposição entre masculino/feminino, tendo como ponto de partida o reconhecimento da existência de uma questão feminina, à definição de uma identidade sexual. Não existia nas análises e estudos o conceito de gênero, como forma de identificar as relações sociais existentes entre os indivíduos.

É necessário compreender que os conceitos de gênero e de sexo relacionam-se entre si, mas não significam a mesma coisa. A expressão sexo relaciona-se com a natureza, e descreve as características biológicas que diferenciam, sexualmente, machos e fêmeas de todas as espécies. Já no que concerne a gênero, este está relacionado à cultura, e designa os papéis e atributos de homens e mulheres nas sociedades, de maneira que as diferenças biológicas são constantemente transformadas em desigualdade de gênero.

¹ Maiores informações sobre esta atribuição de papéis dada a homens e mulheres ao longo da história brasileira podem ser obtidas por meio da obra PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

Por se tratar de um conceito polissêmico, gênero também é concebido como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo a primeira forma de significar as relações de poder (Scott, 1995). Neste sentido, as desigualdades de gênero se fazem cada vez mais presentes em nossa sociedade hierarquizando as diferenças entre os sexos.

A autora enfatiza que as identidades subjetivas funcionam como um importante conceito para o entendimento de gênero, dado que são formadas por processos de diferenciação e de distinção, caracterizando como princípio da masculinidade uma necessária negação dos aspectos femininos, de forma que um só pode ser percebido a partir da diferença que possui para o outro, caracterizando “uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem /mulher: ele também o estabelece.” (Scott, 1995, p.92)

Como forma de reafirmação do poder, no campo de gênero, esta violência se torna ainda mais abrangente, de maneira que a sociedade estabelece as normas corporais a serem vividas, constituindo enquadramentos normativos entre os indivíduos, de forma a decidir qual vida deve ser preservada ou não. Sobre isto, BUTLER (2015, p. 85) enfatiza que no corpo é encontrada uma variedade de perspectivas que nem sempre nos representam, de forma que sofremos a interferência das redes sociais e políticas que possibilitam sermos ou não reconhecidos como “vivível”.

O poder desta normatividade que define as vidas que devem ser reconhecidas como vidas, sendo passíveis de luto e aquelas conceituadas como precárias, e conseqüentemente vulneráveis, surge como algo a ser refletido. Até mesmo pelo fato de preservar determinadas vidas em detrimento de outras. (Butler, 2016) Assim, torna-se explícito que o reconhecimento ou não de uma vida como vida é fruto de uma construção social, configurando, também, como mais uma forma de prática da violência e novamente contribuindo para que os estudos na área de gênero sejam mais discutidos e repensados na contemporaneidade.

Considerações finais

Compartilhamos da ideia de que a partir do processo de socialização há ideias e concepções que são passadas e reproduzidas como algo natural, muitas vezes culminando em práticas excludentes e preconceituosas. A própria linguagem em si demarca os lugares dos gêneros por meio do uso (ou não) de diminutivo, de referências marcadas por adjetivações específicas ou por analogias (Louro, 1997)

No âmbito da Teoria das Representações Sociais compreendemos que gênero é um objeto de representação social porque nos remete à socialização dos papéis que levam homens e mulheres a se comportarem diferentemente. Nesse sentido o comportamento é socialmente construído e as diferenças entre homens e mulheres são criadas e estimuladas no processo de aprendizagem, carregados de estereótipos que contribuem para perpetuar a desigualdade de gênero. (Louro, 1997)

As representações sociais caracterizam a interpretação de grupos sociais distintos sobre um determinado objeto, tendo em vista o contexto social em que está inserido. Entretanto estas representações podem ser modificadas, pois “todos os nossos preconceitos, sejam nacionais, raciais, geracionais ou quaisquer que alguém tenha, somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais da cultura, da ‘natureza humana’ e assim por diante.” (Moscovici, 2003, p.66)

Desta forma, ao identificarmos as representações sociais construídas em torno do objeto gênero se torna possível trazer visibilidade para as relações de poder que se fazem presentes nesta relação e estimular a busca por estratégias que possibilitem igualdade de condições e de oportunidades para os indivíduos.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (Orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB, 2000 (páginas 27 a 38).

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da Ciência**. 2ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 1987.

GIL, A.C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Atlas S.A., 1999.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001 (páginas 17-44).

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Psicologia social, saber, comunidade e cultura**. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v.16, n.2, Mai/Ago.2005 (páginas 20-31).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PÁDUA, E.M.M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papyrus, 1996.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Educação e Realidade, 1995.

SILVA, J. A.; SALES, L. C. **Representações sociais de meio ambiente construídas por alunos de 8ª série do Ensino Fundamental**. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 5, n. 5, 2000 (páginas 11-23).

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Anaquel Gonçalves Albuquerque – 50%

Alcina Maria Testa Braz da Silva – 50%